



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**CARNAVAL CARIOCA: DO CULTURAL AO POLÍTICO**

Danilo Alves Bezerra\*

O objetivo desse trabalho é refletir sobre os aspectos políticos que uma prática cultural como o carnaval carioca representa para quem dela participa ou assiste. Relacionar e analisar, a partir de uma perspectiva cronológica de publicação, os trabalhos que tratam essa festa e suas interfaces com as questões do político e do social, especificamente os que se referem ao século XX, constitui o eixo central do texto que segue.

Antes de entrar nesse certame, entretanto, é necessário, ainda que rapidamente, pontuar o estatuto das práticas culturais no âmbito da escrita da História. Alocadas no campo da cultura, as festas foram caracterizadas durante décadas pelas ciências humanas como práticas que não atraíram as atenções dos historiadores por não comportarem os sentidos políticos ou sociais então privilegiados. Estas práticas não figuravam, portanto, nas temáticas próprias da escrita da História e de seus interlocutores.

As festas e outras práticas culturais foram apropriadas pelos estudos históricos a partir do momento em que, para se defender enquanto ciência, a História assimilou a

**História Cultural**

\* Bolsista CAPES, doutorando pelo Programa de Pós Graduação em História da UNESP – Campus de Assis. Email: danilobezerra2@hotmail.com

Antropologia, seus objetos e suas ferramentas para proteger seu espaço no campo do conhecimento.<sup>1</sup>

Novos caminhos foram propostos por essa antropologia histórica ou história etnográfica: o tempo humano passou a ser imóvel, o estudo das sensibilidades e da cultura material foi privilegiado frente aos aspectos econômicos e sociais, a história econômica e social transformou-se em cultural. Essa redefinição de um campo impôs, contudo, também alguns limites e problemas, pois “a história da cultura material é certamente rica em descobertas, mas com a condição de ser o lugar de “cruzamentos” da história econômica, social e cultural”, e não enquanto predominantes de um campo sobre o outro (DOSSE, 1992, p. 175). Por perder de vista a dimensão do político nos anos 30, e o social nos 70, os *Annales* acabaram por elaborar uma dualidade entre cultura popular e erudita que ocultou a dimensão política que os envolvia.

Sem entrar nos meandros dessa distinção, por não caber nos objetivos desse ensaio, o fato é que a historiografia do último quartel do século XX passou a identificar esses “momentos de retração do cotidiano” como carregados de significações que ultrapassavam os limites de um simples arrefecimento da ordem.

Um dos exemplos referentes dessa modificação, ainda que filiado à escola inglesa, é o estudo do marxista E.P. Thompson. Em *Rough Music* o autor reflete sobre um conjunto de práticas culturais – que dá título ao trabalho em questão – do século XVIII inglês. Ao analisar os compêndios, organizados por folcloristas, que apenas descreviam essas festas, Thompson concluiu que em meio à zombaria, xingamentos, cantigas e rituais diversos, essas práticas acabavam por regular os valores daquela sociedade. (THOMPSON, 1998, p. 367)

Ao refletir sobre os estudos etnográficos produzidos por folcloristas – a partir de uma visão romântica e colecionista do século XIX – Thompson conclui que essas práticas não tinham sido lidas a partir de sua significância geral, mas meramente descritas como

<sup>1</sup> À título de esclarecimento dessa redefinição de um campo, o principal marco dessa mudança na escrita da história, em sua metodologia e na ampliação de seus objetos de estudo ocorreu com a publicação da coleção *Faire de l'histoire*, em 1974. Sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, a coleção edificaria a *institucionalização* do diálogo com as ciências sociais, nascido em 1929, com a criação da *École du Annales*, que, entre propostas diversas, se colocava contra uma história contemplativa, descritiva e edificante. Essa guinada rumo a novos campos de análise e perspectivas marca a terceira e atual fase dos *Annales*, em que há uma prevalência da antropologia, ou melhor, da etnografia em contraposição à anterior (a “fase Braudel). Observa-se um desequilíbrio no sentido da constatação, da narrativa, da reconstituição. (NOVAIS; SILVA, 2011, p.14, 35-36).

parte daquele contexto. O trabalho de preservação e pesquisa dos folcloristas permitiu que fosse dada uma significação dessas práticas no sentido de (des)ordenar os valores que permeavam aquela sociedade.

Postulados como esses acima permitem que o carnaval, como um dos pares desse grande certame que é o das práticas culturais, torne-se também ele objeto da pesquisa histórica, ainda que sem muitos adeptos.

Da impossibilidade de dar conta da infinidade do conjunto de práticas festivas e de seus intérpretes, o carnaval carioca, devido o local que ocupa na sociedade brasileira, foi escolhido como objeto para perscrutar, além da questão cultural, os desdobramentos políticos e sociais aqui pretendidos. Refletir sobre os sentidos dos carnavais brincados no Rio de Janeiro e a maneira como estes se inscrevem no cotidiano daqueles que participam será um dos eixos desse ensaio, que encerra uma pergunta fundamental: o que esta festividade, em todas as suas significações, propõe no sentido de ser relacionado a outros vetores analíticos, sobretudo aqueles que se imbricam com as questões sociais e políticas?

Essa questão acima delineada só foi possível ser formulada ao passo em que a História lançou mão da metodologia e dos objetos de suas congêneres como a Antropologia e a Sociologia, para abrir-se a “novos problemas” e “novos objetos”.

Não é fortuito que é dessas ciências que vieram as análises pioneiras, no sentido cronológico, e que acabaram por estruturar o debate historiográfico posterior. Entre os trabalhos pioneiros que exerceram influência na historiografia está o do antropólogo Roberto DaMatta, *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. O carnaval é entendido como capaz de dissolver o sistema hierárquico e social que rege o cotidiano, mas de maneira efêmera, pois finda com o término dos festejos. Essa função que destruiria qualquer hierarquia, ainda que passageira, não impede que exista uma variedade de experiências durante o tríduo, “o carnaval reproduz o mundo, mas estou igualmente certo de que essa reprodução não é nem direta nem automática. Ao contrário, é dialética, com muitos auto-reflexos, circularidades, nichos, dimensões e planos”. (DAMATTA, 1987, p. 88-89)

Quanto aos espaços que o acontecer carnavalesco ocupa, o autor pontua que com a invenção do carnaval os espaços tomados por esse são transformados em redutos, onde homens e mulheres buscam, no ritmo da festa, ser foliões, independente de sua origem social, cor e orientação sexual. Espaços como o centro do Rio de Janeiro, cotidianamente

assimilados com o trabalho, tem sua conotação invertida, transformando-se em lugar da festa, de descontração. (DAMATTA, 1987, p. 114-116)

DaMatta, ao diferenciar os grupos participantes da festa em questão, considera as escolas de samba como as que estariam melhor estruturadas em termos de espetáculo, capazes de causar um impacto contínuo no público que as assiste – via dramatização de um enredo pré-determinado. Com a função de seduzir o maior número de pessoas, principalmente da classe dominante, que paga para assistir o espetáculo, as escolas de samba agregam indivíduos com aspirações díspares, e acabam por ficar

Presas num paradoxo social e político, pois, na medida em que realmente poderiam ser instrumentos políticos, dado o seu alto poder de penetração, têm de se abrir para todos os grupos da sociedade. [...] A conciliação se torna o ponto central da dinâmica social desses grupos e da sociedade inclusiva. Por causa disso a escola de samba (e tantas outras instituições populares) serve de mediação entre segmentos sociais com interesse social e politicamente contrários. (DAMATTA, 1987, p. 135)

O trecho é elucidativo nos objetivos aqui priorizados: a interface da cultura com a política e o social, e merece, portanto, uma avaliação pormenorizada.

Ao interrogar as funções das escolas de samba, o autor caracteriza as classes populares como mediadoras de um processo político e social, na medida em que defendem ideias e valores em seus sambas-enredo. Essa mediação, no entanto, estaria truncada, por atender os interesses de classes diversas e almejar a conciliação. Esse processo se reduziria ao tríduo momesco, não ao restante do ano.

No entanto, no que tange à efemeridade da festa, descobriu-se, que as ações dos foliões se espriavam durante o ano todo, conquistando espaços centrais no Rio de Janeiro para seus desfiles, e dialogando, por exemplo, pelo reconhecimento do governo de Getúlio Vargas pelas suas práticas – entre elas o samba.<sup>2</sup> Além disso, outro estudo aponta negociações de setores populares com o partido Comunista Brasileiro (PCB) em busca de apoios políticos diversos em fins dos anos 1940, transformando os “barracões” em que a comunidade fabricava seus préstimos em importantes espaços políticos.<sup>3</sup> Ainda que referentes a um período anterior ao estudado por DaMatta e descrito nos parágrafos

<sup>2</sup> Ver BEZERRA, Danilo Alves. *Os carnavais do Rio de Janeiro e os limites da oficialização e da nacionalização (1934-1945)*. Dissertação de mestrado. UNESP, Assis, 2012, capítulo 1.

<sup>3</sup> GUIMARAES, Valéria Lima. *O PCB cai no Samba*. Os comunistas e a cultura popular 1945-1950. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009, p. 206.

acima, esses trabalhos denotam um olhar que esmiúça as ações desses foliões confabulando em um “espraçamento da festa” para além de seus dias habituais. Não reduzidas, portanto, aos dias em que a festa ocorre.

Ainda assim o pioneirismo, no sentido cronológico e metodológico de DaMatta é inquestionável. Ao relacionar o carnaval carioca com a estruturação de um discurso cujo objetivo era forjar uma identidade nacional, o autor levantou questões fundamentais para o entendimento da sociedade brasileira da década de 1970, e mesmo a anterior. Seu trabalho possibilitou à produção historiográfica posterior pensar os intercâmbios entre o cultural, o social e o político, no entanto, operando em um período maior e com uma função permanente dessa festa. Muito além, portanto, de uma festa passageira.

Outra especialista da temática desenvolvida é a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz. A autora lançou as bases, ainda que superficiais e esquemáticas, para o entendimento dos festejos de Momo, dividindo-o em três fases: entrudo, grande carnaval e carnaval popular. (QUEIROZ, 1992, p. 69)

Ao lançar as grandes bases para se pensar a festa a autora delimita uma sucessão das formas de brincar o carnaval, aparentemente sem relação. Essas estruturas são questionadas por Maria Clementina Pereira Cunha, pois ao separar entrudo, Grandes Sociedades e Pequeno Carnaval, Queiroz não contempla a convivência dessas práticas nos espaços que a folia ocupava nesses dias, bem como as representações interiores e exteriores e suas possíveis trocas. Ou seja, não determina, por exemplo, como os ranchos e cordões enxergavam-se nesses folguedos. (CUNHA, 2000, p. 192)

A partir de um raciocínio esquemático e globalizante, além da linearidade constante, o trabalho de Maria Isaura P. de Queiroz aponta que houve uma “verdadeira revolução” nos festejos. Segundo Queiroz, as práticas carnavalescas das camadas inferiores, como as escolas de samba, tornaram-se, pouco a pouco, protagonistas do tríduo momesco, enquanto as camadas médias e altas, das arquibancadas, transformaram-se em meros espectadores desse ritual.

Sem estabelecer os papéis e as funções de cada classe na estrutura desses festejos, bem como suas consequências diretas, a autora parte de um esquema binário de contraposição de classes para explicar a sociedade brasileira. Esquecendo-se que esta

vivenciava mudanças complexas, como a aceleração do processo de consumo em massa<sup>4</sup>, que gerara um processo de massificação<sup>5</sup> – ainda que inicial – do campo da cultura, no qual estes carnavais estão inseridos.

Pensar nessa relação de circularidade entre classes com práticas, hábitos e sentidos diversos na História, só foi possível, em grande parte, após as reflexões de Mikhail Bakhtin. O autor estipula os sentidos da festa enquanto um núcleo multifuncional que age em torno de si mesmo, mas sem perder de vista as relações com o tempo presente. A partir dessa relação com o contexto, o carnaval inverteria os valores correntes, como uma contraposição ao cotidiano:

A multidão em júbilo que enche as ruas ou a praça pública não é uma multidão qualquer. É um todo popular, organizado à sua maneira popular, exterior e contrária a todas as formas existentes de estrutura coercitiva social, econômica e política, de alguma forma abolida enquanto durar a festa. (BAKHTIN, 1987, p. 262) <sup>6</sup>

Guardadas as dimensões históricas – o exemplo acima se refere ao contexto festivo dos contos de François Rabelais na Idade Média e no Renascimento –, a interpretação de Bakhtin oferece um olhar que entende a festa em si mesma, como um conjunto próprio, influenciado pela conjuntura em que se insere e, sobretudo, a circulação de ideias e valores entre as classes que dela fazem parte.

Postura interpretativa parecida, e provavelmente por ele influenciada, assume Maria Clementina Pereira da Cunha ao estabelecer um diálogo entre os diversos segmentos envolvidos na festa nas primeiras décadas do século XX. Aquém de uma concepção estreita em torno da busca pelos locais de representação e os jogos de poder, Cunha afirma que as elites se apropriaram do carnaval popular no intuito de atribuir um

<sup>4</sup> Para Alzira A. de Abreu, “o teatro, o cinema, o rádio, a televisão, o disco, a publicidade, as editoras, foram se estruturando como indústria de massa ao longo dessa década [de 1950] para finalmente atingir, nas décadas seguintes, a configuração de uma indústria de bens culturais.” Ver: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p.16

<sup>5</sup> Para Jean Baudrillard, a cultura como consumo é o equivalente do que seria a moda. Tem como critérios o sucesso/reconhecimento daqueles que dela participam; ou, por outro lado, o constrangimento/relegação social dos excluídos. Na sociedade do consumo, a cultura é relativa ao imediatismo, à novidade, *obrigando* aqueles que querem estar “sintonizados” nas novidades mensais a se atualizarem na condição de “fracassarem” socialmente. Nesse processo de atualização constante, a cultura é concebida como o *inverso absoluto* de suas duas definições tradicionais, ou seja, “como patrimônio hereditário de obras, de pensamentos e de tradições; e como dimensão contínua de reflexão teórica – transcendência crítica e função simbólica”. In: BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 126.

sentido próprio de brasilidade. Essa apropriação tomava a festa como um espaço harmonioso sem conflitos e tensões, próprio da cultura nacional. Ou seja, elementos políticos são direcionados para projetar um momento que unificaria todos seus participantes.

Analisando o discurso dos intelectuais – que publicavam críticas nos periódicos na virada do século XIX para o século XX, quanto às práticas carnavalescas “pouco civilizadas” – Cunha discorre sobre a dinâmica tradição-progresso para entender os dilemas do Brasil que se republicanizava. Naqueles discursos, a tradição, representativa da identidade nacional era posta frente a frente à civilização e ao progresso pretendido por alguns intelectuais. Assim a tradição era representada pelo entrudo – prática “pouco civilizada” de molhar uns aos outros com líquidos diversos – perseguido e forçado a se modernizar. O moderno e o progresso eram relativos aos bailes de máscaras e desfiles das Grandes Sociedades, cujos participantes eram das classes mais favorecidas financeiramente. (CUNHA, 2001, p. 245)

Esse processo de valorização do carnaval popular objetava forjar uma certa brasilidade, que aglutinaria toda a população e seria capaz de

Resolver os impasses legados por gerações anteriores: a tensão entre o desejo de afirmar a peculiaridade e a originalidade brasileiras, definindo o país como uma nação dotada de uma identidade forte e definida, e, ao mesmo tempo, operar com o registro racista e elitista com o qual havia longo tempo se olhava para as práticas culturais das ruas (sem falar no desejo de apagar o passado comprometedor). (CUNHA, 2001, p. 258)

Para Cunha, a nacionalização do carnaval, com o objetivo de incorporar as manifestações de classes aliadas do poder e em busca de representação, acaba por ocultar, via harmonia festiva, a falta de cidadania e a desigualdade radical escamoteada pelo sempre repostado “populismo nacionalista” ao longo da tradição política brasileira. (CUNHA, 2001, p. 307)

Maria Clementina P. da Cunha ultrapassa, portanto, considerações simplistas como o discurso corrente e muito popularizado pelo senso comum que considera a festa como uma útil e necessária válvula de escape; e traz à baila as nuances dessas práticas e suas tensões no que tange à busca pela representação social e os debates em torno de uma democracia mais inclusiva.

As questões carnavalescas analisadas por Cunha estão imersas em uma conjuntura que buscava definir os rumos que a República, recém-fundada, tomaria. O período, segundo Angela de Castro Gomes, estaria marcado pela dicotomia entre o público e o privado no processo de modernização da política brasileira.

Ao articular pensamento social e imaginário político, Gomes disserta sobre o fato de a política brasileira encontrar-se, de um lado, desafiada em seguir os preceitos racionais e impessoais que a ótica liberal ocidental impunha; e, de outro, mensurar as influências dos “padrões de autoridade tradicional” lidos nas oligarquias regionais diversas e no espraiamento de seu poderio e nas relações interpessoais que essas pressupunham. (GOMES, 2000, p. 499)

A arguta análise da autora caminha por todo o século XX, passando pela ordem liberal dos anos 1920 e pela intimidade hierárquica de Vargas com seu eleitorado que, ao dissolver o espaço privado, modernizou economicamente o Brasil, preservando a “mentalidade patriarcalista”. (GOMES, 2000, p. 535)

Entre as idas e vindas dessa busca pela modernização política, a autora propõe uma questão fundamental: entender as formas de interação entre público e privado como o caminho para entender os atrasos e os descompassos da (desigual) democracia brasileira. (GOMES, 2000, p. 558)

Essa proposta, longe de se referir a um mero panorama político de descompassos, se relaciona com o problema discutido aqui pretendido: a articulação entre cultura e política na sociedade. Como há pouco propôs Maria Clementina P. da Cunha, a nacionalização do carnaval teve como objetivo falsear uma representação há muito buscada pelas classes historicamente alijadas do poder. No entanto, essa nacionalização foi incapaz de resolver os problemas fundamentais de cidadania e de representação política objetivadas por esses foliões que pediram antes, durante e após os festejos, pelos seus direitos.

Outros trabalhos, com questões similares e que privilegiam a interface em questão poderiam, evidentemente, ser citados. Entre eles o texto de Rachel Soihet, *A subversão pelo riso*, que discorre, entre outras festas e práticas populares, do processo de

nacionalização do carnaval, do reconhecimento do samba negro e das políticas públicas e sua relação com os setores populares.<sup>7</sup>

Dois recentes artigos enriquecem o debate das festas e das suas possibilidades. O primeiro, de Durval Albuquerque Júnior, faz um exame das influências que a História sofreu ao longo do século XX e de que maneira isso influenciou no entendimento que passou a se ter das festas como “campos de luta simbólica, de luta entre projetos, sonhos, utopias e delírios, mas são acima de tudo momento de invenção da vida social, da ordem social e da própria festa e seus agentes”. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 148). O segundo, da socióloga Myrian Santos, sintetiza em um breve histórico as modificações que o carnaval carioca passou ao longo do século XX e suas relações com o poder político. Ainda que com poucas verticalizações em busca do entendimento do sentido da festa, o trabalho da autora confere uma revisão ampla das relações entre carnaval e política.<sup>8</sup>

Outros textos, de memorialistas à jornalistas, também poderiam ter sido contemplados. Se o mesmo não ocorreu, é porque se optou por uma análise de trabalhos de outras ciências humanas, como a Antropologia, representada por Roberto DaMatta, e a Sociologia, figurada na análise de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que influenciaram diretamente nas pesquisas históricas feitas posteriormente. Abrindo diálogos, questionamentos e revisões de esquemas já consagrados.

Após essa breve explanação espera-se que as relações do carnaval com a política, bem como a importância dessa festa para a sociedade brasileira, tenham sido evidenciadas pelo leitor. No entanto, os carros de crítica dos desfiles das Grandes Sociedades de antigamente – e os carros alegóricos censurados de hoje –, as fantasias, os sambas enredos escritos pelo folião da comunidade que retratam a história do Brasil e as

<sup>7</sup> SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 86. Além desse, Zélia Lopes da Silva perscruta, conjugando fontes diversas, o carnaval paulistano, seus locais e protagonistas diversos, bem como a relação desses com o governo federal e com a Segunda Guerra Mundial. São dois os trabalhos que se debruçam sobre essas questões: SILVA, Zélia Lopes da. *Os carnavais na cidade de São Paulo nos anos de 1935 a 1945*. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de et. al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho da Água, 2004; SILVA, Zélia Lopes. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)*. São Paulo: Editora Unesp; Londrina: Eduel, 2008. No entanto, debruçar-se sobre seu trabalho, mesmo que enriquecedor seria fugir da alçada principal aqui pretendia: os carnavais cariocas.

<sup>8</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Carnaval e Política*. In: AVRITZER, Leonardo. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 327-340.

máscaras que alvejam políticos diversos, ano a ano, servem para vislumbrar a essência, também política, de uma prática cultural como o carnaval carioca.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. Patrimônio e Memória: UNESP-FCLAs-CEDAP*, v.7,n.1, p.134-150, jun. 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da UnB, 1993.

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BEZERRA, Danilo Alves. *Os carnavais do Rio de Janeiro e os limites da oficialização e da nacionalização (1934-1945)*. Dissertação de mestrado. UNESP, Assis, 2012

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DOSSE, François. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Campinas: Unicamp, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. v. 4, p. 489-558

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

NOVAIS, Fernando A., SILVA, Rogerio F. da. (Orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Carnaval e Política. In: Avritzer, Leonardo. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 327-340.

SILVA, Zélia Lopes. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)*. São Paulo: Editora Unesp; Londrina: Eduel, 2008.

SILVA, Zélia Lopes da. *Os carnavais na cidade de São Paulo nos anos de 1935 a 1945*. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de et. al.. (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo, Olho da Água, 2004.

THOMPSON, E. P. Rough Music. In: *Costumes em Comum*. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 353-397.

